

# XII Congresso dos Revisores Oficiais de Contas nos dias 15 e 16 de setembro



## Que antevisão é que fazem deste próximo Congresso?

A nossa expectativa é que vá na linha dos Congressos anteriores, ou seja, que acolha um elevado número de congressistas e que sejam debatidos temas atuais de relevância não apenas para os profissionais, mas também para as entidades, a economia e a sociedade em geral.

Temos a honra de acolher, para além de altas individualidades políticas, oradores com elevada craveira pessoal e profissional, pelo que não temos dúvidas que nos irão brindar com

elevadíssimas apresentações, com grande interesse para nós, profissionais, mas seguramente para o meio económico e social onde se movem os serviços de auditoria.

Para além disso, temos vindo a passar por um período difícil sobretudo no setor financeiro, sendo o Congresso um dos locais mais privilegiados para refletirmos sobre os problemas, os erros que possam ter sido cometidos e formas de atuação que previnam situações que não será possível continuar a suportar no futuro. A economia não

aguenta e a sociedade civil rejeita, pelo que entendemos que os revisores têm um papel que não pode desprezar no exercício das suas atribuições de interesse público.

Claro que o forte desenvolvimento do sistema financeiro e a elevada inovação nos denominados “produtos financeiros” veio trazer novos desafios e novas dimensões aos supervisores e revisores, que lhes exigem elevados níveis de competência e de suporte às suas análises e opiniões.

Devemos reconhecer que uma economia sustentável só é possível com um tecido empresarial onde reine a confiança em detrimento da desconfiança e a verdade em detrimento da dúvida, a transparência em detrimento da opacidade, assuntos onde se revela muito importante o papel desempenhado pelos revisores.

## Que balanço pode ser feito quanto às edições anteriores?

Sem dúvida que fazemos um balanço muito positivo, quer pelo nível de participação dos colegas, quer pela qualidade das apresentações que ilustres convidados nos proporcionaram. Em, particular, tendo o último Congresso decorrido numa das vilas mais históricas do país, também ajudou a que o mesmo decorresse num ambiente especial.

No entanto, foram sobretudo a participação dos colegas, os

**Apresentando-se desta vez com o lema “Auditoria na Supervisão”, o evento promovido pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) terá lugar no Fórum Lisboa. O Bastonário, José Azevedo Rodrigues, realça a “elevada craveira pessoal e profissional” dos oradores presentes.**

temas seleccionados e os oradores que estiveram no êxito dos últimos eventos. Com alguma felicidade o “lema” de cada um dos Congressos foi oportuna e adequadamente selecionado, tendo em conta o momento da sua realização e o contexto económico e social da altura. Os oradores convidados motivaram todos os participantes e promoveram o debate de ideias e o conhecimento.

Os dois últimos Congressos pautaram-se por um início de abertura ao exterior, deixando-se de recentrar exclusivamente na profissão, nas suas virtudes, oportunidades, problemas e dificuldades, para se abrir à sociedade, em particular às entidades públicas e privadas onde os revisores exercem a sua atividade profissional, para que as mesmas também pudessem dar contributos relevantes para a melhoria do exercício profissional.

## Qual irá ser o enquadramento temático desta iniciativa e quais é que foram os principais critérios para a seleção das matérias a abordar?

O lema selecionado para o presente Congresso na “Auditoria na Supervisão”, por ter sido um dos aspetos mais debatidos a propósito da transposição da recente Diretiva de Auditoria e Regulamento Europeu de Auditoria. Na realidade, um dos pontos mais marcantes da reforma europeia de auditoria foi o tema

de “supervisão dos auditores”, pois os órgãos políticos procuram transferir para os auditores uma “fatia de leão” de responsabilidade do que se tem passado no mundo empresarial e sobretudo na área financeira.

Poderá estar em causa alguma responsabilidade dos auditores neste processo, mas não podemos deixar de reconhecer que existem outros organismos de supervisão com poder mais acrescido do que os auditores e que, face ao sucedido, também não conseguiram exercer as suas funções com a eficácia necessária. Assim será seguramente, pois se reconhecem que fizeram o que deveria ter sido feito, teremos de refletir sobre o seu papel e respetiva utilidade.

Por isso, o tema “supervisão” é um tema com grande abrangência e que muito tem sido invocado particularmente nos últimos 3 anos e que, estando os revisores sujeitos a um apertado sistema de controlo de qualidade da sua atividade, nos pareceu pertinente para o lema do presente Congresso. Não apenas por terem um sistema interno de controlo de qualidade desenvolvido de forma regular e estruturada pela própria Ordem, tal como recomendado pela regulamentação europeia, como ainda pelo fato de o mesmo estar sujeito a um mecanismo externo de supervisão, até ao fim de 2015 pelo CNSA-Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria e desde de 1 de janeiro



do corrente ano pela CMVM-Comissão de Mercado dos Valores Mobiliários.

O exercício da supervisão arasta consigo um conjunto de assuntos que exigem do supervisor e do supervisionado a adoção de princípios fundamentais na auditoria: a competência, a ética, o profissionalismo e uma cultura inteligente focada em resultados e responsabilização pelos mesmos e não apenas em procedimentos burocráticos que em nada salvaguardam os beneficiários dos serviços dos revisores.

Por esse motivo, foram selecionados painéis em que estes temas serão aprofundados, desde a ética e deontologia até ao julgamento profissional, passando pela análise do papel dos revisores no atual ambiente turbulento, quer público quer privado, no sentido de se poder garantir uma maior transparência, zelar pelo rigor e pela legalidade, contribuir para uma sociedade mais justa e agentes mais responsáveis, pois tais não resultam da supervisão dos revisores, mas sim da sua forma de atuação, da sua ética e do seu profissionalismo.

Seria estranho que alguém admitisse que com uma forte supervisão dos auditores, a maioria dos problemas com que nos confrontámos até hoje seria resolvida. Se alguém assim o pensa, não vive seguramente no mundo atual. E muito menos que a supervisão é eficaz se houver muitas normas e muitas regras restritas de controlo do supervisionado. Esta apologia poderá, tal como no trânsito, produzir muitas multas mas não necessariamente uma melhor condução e maior segurança nas ruas e estradas. Para uma melhor “condução” devemos apostar no conhecimento, nos comportamentos e na cultura profissional. Só assim os revisores poderão contribuir mais proactivamente para a sua verdadeira finalidade que é gerar confiança nos beneficiários dos seus serviços e, como tal, serem agentes de melhoria dos mercados e da economia.

Mas tal movimento deverá também ser seguido pelos principais agentes económicos onde aí sim, se tem assistido a comportamentos, atitudes e práticas eticamente reprováveis. Acresce que são estes agentes os autores das

práticas lesivas do interesse nacional apoiados por sistemas de informação e comunicação cada vez mais sofisticados, que escapam ao controlo dos supervisores e revisores, por terem sido cuidadosamente desenhados para isso.

Desta forma, houve a preocupação neste Congresso de convidar como oradores personalidades com uma reconhecida experiência profissional de governação e que podemos considerar como exemplos de práticas a seguir. Aproveitamos a recente divulgação pelo IPCG-Instituto Português de Corporate Govern-

nance do “Código do Governo Societário” para também poderemos divulgar entre todos os congressistas este relevante, moderno e avançado instrumento para a governação das sociedades.

#### **Ainda no âmbito do contributo da OROC para o conhecimento, como tem sido a sua atuação a nível das iniciativas de formação?**

A política de auditoria deve garantir a confiança e o seu futuro reside no resultado final que esta seja portadora para o benefício das empresas e dos investidores. Para tal e para além do “saber estar” anteriormente referido, o conhecimento e as competências dos revisores são fundamentais para se cumprir com este desiderato.

Daí a necessidade de promover alguma intensidade formativa e de exigir o seu cumprimento por parte dos membros que estejam em exercício de funções. Trata-se de uma vertente fundamental que a Ordem tem procurado sempre exercer com rigor, quer nas provas de acesso à profissão (exame de admissão), que no decorrer da vida profissional (formação contínua), obrigando a que os membros comprovem participações mínimas em programas de formação promovidas pela Ordem ou por outras entidade, desde

que relacionadas com o seu âmbito de atuação.

Pensamos que no futuro este assunto ainda se irá agudizar mais. Na realidade, a recente alteração estatutária permitiu que qualquer licenciado, independentemente da natureza da sua licenciatura (mestrado se for pós-Bolonha) se possa candidatar e aceder ao exercício profissional, pelo que face a possíveis maiores fragilidades de conhecimento nas áreas nucleares de auditoria tal como definidas na Diretiva de Auditoria, possamos vir a reforçar essas áreas formativas.

Temos ainda cooperado ativamente em programas de formação promovidos pelas nossas congéneres dos PALOP, designadamente, Angola, Cabo Verde e Moçambique, no sentido de apoiar o seu recente processo de instalação e formação de novos membros.

Para além das tradicionais ações de formação promovemos frequentemente “Encontros na Ordem” onde convidamos personalidades e outros especialistas para debatermos matérias específicas, cuja atualidade seja relevante para o conhecimento dos revisores e os ajude a melhor exercer o seu papel como agentes de criação de valor para os beneficiários dos seus serviços.

